|  |
| --- |
| **ATA DE REUNIÃO** |
|  |
| **CT1 - Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATA** | **HORÁRIO** | **LOCAL** |
| 28/03/2024 | 9h00 às 10h30 | Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF. |

|  |
| --- |
| **ABERTURA**  Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de 2024, às nove horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática (CT1) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.  A reunião supracitada foi coordenada pela senhora Flavia Regina Britto Gonçalves (Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração/DREI – MEMP) - coordenadora governamental do CT1 e pelo senhor Mauro Leônidas (Conselho Federal de Administração - CFA) – coordenador privado do CT1.  **DISCUSSÕES**  Sr. Mauro Leônidas iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes e apresentou a sra. Flavia Britto, que saudou todos os participantes da reunião e agradeceu com satisfação a oportunidade de ter sido indicada como coordenadora governamental do CT1, representando o MEMP.  Sra. Flavia Britto fez uma apresentação sobre os seguintes tópicos: atualização de assuntos de reuniões anteriores do CT1, ações diretas e transversais da Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração, acompanhamento legislativo, dados estatísticos e projetos de desenvolvimento.  Neste sentido, foram prestadas as informações abaixo:   * Publicada a IN/DREI nº 1, de 24 de janeiro de 2024 - regulamentou a SPE, nos termos da LC nº 123/2006; * Implementadas outras disposições importantes - adoção da assinatura GOV.BR nos documentos que tramitam nas juntas comerciais (assinatura digital mais acessível); * Estudo que poderá simplificar e desburocratizar o registro, inclusive norma que poderá simplificar o registro de sociedades cooperativas; * AS MPEs já contam com societárias mais simplificadas; * CAPACITAÇÃO - INPI: material explicativo e orientativo para registro de marcas, desenho industrial e patentes - oficiar Juntas Comerciais, conselhos e órgãos de classe (signos protegidos pela Constituição Federal - artigo 50, inciso XXIX). * PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTO (Conselho Federal de Administração - CFA)   - Capacitar Administradores em práticas gerenciais voltadas ao fortalecimento de micro e pequenos negócios (MPEs), em benefício da sociedade;  - Divulgar a Rede Nacional de Administradores como agentes multiplicadores de conhecimentos de gestão em MPEs; e  - Contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas à Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.   * INOVA SIMPLES - Regime especial simplificado de empresas de inovação para estimular a criação, formalização, desenvolvimento e consolidação das iniciativas empresariais inovadoras como agentes indutores de avanços tecnológicos.   - Portal evoluiu para os atos de alteração e baixa; e  - Cartilha orientativa acerca do tipo jurídico (ação conjunta com o SEBRAE)   * SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO - REDESIM   - Análise para a adoção de um sistema único nacional de registro e legalização de pessoas jurídicas, o qual terá a finalidade de unificar e desburocratizar, em consonância com a REDESIM;  - Licenciamento - em fase de ajuste do plano de trabalho para definição de ações voltadas à redução dos prazos e adoção das normas de risco da atividade pelos órgãos licenciadores (estaduais e municipais); e  - Programa de Conformidade nas Juntas Comerciais (órgãos locais) - uniformização de procedimentos, decisões e cumprimento de normas legais atuação efetiva do DREI como órgão central do SINREM.   * Dados estatísticos atualizados: 19,7 milhões MPEs ativas (dados de jan/24 - Mapa de Empresas), 349 mil empresas abertas em fevereiro de 2024 (dados de fev/2024 - Mapa de Empresas), Inova Simples - 2.783 mil (Mapa de Empresas 2021-2024) e tempo médio de abertura de 21 horas (viabilidade + registro dados nacionais - Mapa de Empresas). * ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO: propostas legislativas - DREI manifestou-se oficialmente em quinze projetos de lei relacionados às MPEs   - PL nº 635/2023 - instituído com o objetivo de incentivar o empreendedorismo e a criação de novos negócios no Brasil por meio do Programa Minha Primeira Empresa (Prompe), que tem como foco oferecer capacitação e acesso ao crédito em condições especiais para potenciais empreendedores que desejam abrir sua primeira empresa.  Fases do Projeto Minha Primeira Empresa  1. Diagnóstico identificar o perfil do empreendedor, depois cursos, palestras sobre empreendedorismo, formatação de planos de negócios, orientação de gestão empresarial, gestão tecnológica e acesso ao crédito  2. Elaboração do plano de negócios do candidato  3. Gestão do negócio  4. Acesso à linha de crédito  5. Abertura da primeira empresa - exigência de cumprimento das etapas anteriores  6. Orientação e acompanhamento por 2 anos após a implantação do negócio por profissionais qualificados.  - Projeto de Lei Complementar n° 87/2023: altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos por empresas recém-criadas, visando a incentivar o empreendedorismo e à formalização de empresas já existentes.  - Projeto de Lei Complementar n° 202/2021: altera a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito.  - Projeto de Lei Complementar n° 20/2023: altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer as fontes de recursos que especifica para o financiamento do micro e pequeno empresário nacional.  - Projeto de Lei Complementar n° 172/2023: altera os arts. 18-A e 18-E da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao produtor rural associado às cooperativas agropecuárias a inscrição como Microempreendedor Individual MEI; para facultar ao empreendedor que exerça a atividade de prestação de serviços no âmbito rural a utilização de equipamentos próprios ou de terceiros na realização do serviço; e para estabelecer reajuste anual, com base no Índice Nacional de  Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no limite de valor de receita bruta para enquadramento como MEI.  - Projeto de Lei Complementar n° 223/2023: dispõe sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos para as MPEs, em situação de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital.  - Projeto de Lei n° 678/2019: institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.  - Projeto de Lei n° 6.603/2016: altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, com o objetivo de determinar a impenhorabilidade do imóvel onde funciona a empresa individual, a micro e pequena empresa.  - Projeto de Lei n° 5.791/2023: dispõe sobre a religação de unidade consumidora, em especial do MEI, da MPE, que teve o fornecimento de Energia Elétrica suspenso por inadimplência momentânea, na forma do regulamento.  - Projeto de Lei Complementar n° 127/2021: altera a Lei Complementar nº 123/2006, com o objetivo de retirar a obrigatoriedade da adoção de sublimite do Simples Nacional, de R$ 3.600.000,00, para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS, para os Estados cuja participação no PIB brasileiro seja maior do que 1% ou para aqueles que não tenham adotado o sublimite de receita bruta anual de R$ 1.800.000,00.  Sra. Flavia Britto e sr. Mauro Leônidas apresentaram as seguintes propostas de medidas prioritárias do CT1 para 2024, com as quais os ´participantes da reunião concordaram:   * Acompanhamento de projetos de lei; * Definição de portal nacional para o registro e legalização de pessoas jurídicas; * Reestudo e novas edições das normas do DREI; * Redução dos prazos de licenciamento; * Ampliar capacitação para os territórios mais distantes dos grandes centros - aplicação de políticas públicas; e * Retomar e fortalecer medidas de capacitação dos pequenos negócios.   **ENCERRAMENTO**  Não havendo mais assuntos a serem tratados, a sra. Flavia Britto agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. |